

Fótons de São Cláudio Energias Renováveis S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025



Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	3
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado.....	8
Demonstrações do resultado abrangente.....	9
Demonstrações das mudanças no patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	12
1 Contexto operacional.....	12
2 Base de preparação e políticas contábeis materiais.....	12
3 Gerenciamento de riscos.....	18
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	19
5 Aplicações financeiras vinculadas.....	20
6 Contas a receber de clientes.....	20
7 Imobilizado.....	21
8 Fornecedores.....	21
9 Empréstimos e financiamentos.....	21
10 Patrimônio líquido.....	23
11 Receita líquida de vendas.....	24
12 Custos operacionais.....	24
13 Despesas gerais ou administrativas.....	25
14 Resultado financeiro.....	25
15 Partes relacionadas.....	25
16 Instrumentos financeiros.....	26
17 Imposto de renda e contribuição social corrente.....	27
18 Contingências.....	28
19 Eventos subsequentes.....	28



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e administradores da Fótons de São Cláudio Energias Renováveis S.A. Itaguaçu da Bahia (BA)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fótons de São Cláudio Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fótons de São Cláudio Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 31 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Pedro Barroso Silva Junior', written over a faint circular stamp.

Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	4	85.752
Aplicações financeiras vinculadas	5	3.654	12.367
Contas a receber de clientes	6	2.575	—
Impostos a recuperar		—	26
Outros créditos		617	370
Total do Ativo Circulante		6.850	98.515
Aplicações financeiras vinculadas	5	3.781	2.455
Despesas antecipadas		221	—
Realizável à longo prazo		4.002	2.455
Imobilizado	7	173.070	13.202
		173.070	13.202
Total do Ativo Não Circulante		177.072	15.657
Total do Ativo		183.922	114.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fótons de São Cláudio Energias Renováveis S.A.
 (Companhia em fase pré-operacional)
 Balanços Patrimoniais
 em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	8	685	1.507
Dividendos a pagar	10	113	—
Empréstimos e financiamentos	9	2.270	—
Partes relacionadas - outras contas a pagar	15	513	419
Obrigações fiscais		50	51
Imposto de renda e contribuição social	17	30	—
Obrigações trabalhistas		19	—
Outras contas a pagar		338	24
Total do Passivo Circulante		4.018	2.001
Empréstimos e financiamentos	9	128.633	84.918
Outras contas a pagar		233	23
Total do Passivo Não circulante		128.866	84.941
Passivo Total		132.884	86.942
Patrimônio Líquido	10		
Capital social		50.677	29.084
Reserva legal		24	—
Reserva de lucros a distribuir		337	—
Prejuízos acumulados		—	(1.854)
Total do Patrimônio Líquido		51.038	27.230
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		183.922	114.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	11	3.721	–
Custos operacionais	12	(70)	–
Lucro bruto		3.651	–
Despesas gerais ou administrativas	13	(385)	(888)
Despesas operacionais		(385)	(888)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		3.266	(888)
Receitas financeiras	14	758	263
Despesas financeiras	14	(3)	(4)
Resultado financeiro		755	259
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		4.021	(629)
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(1.693)	–
Lucro (Prejuízo) do exercício		2.328	(629)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	<u>2.328</u>	<u>(629)</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>—</u>	<u>—</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	<u>—</u>	<u>—</u>
Resultado abrangente total	<u>2.328</u>	<u>(629)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.312	—	—	—	486	(1.225)	573
Capital subscrito	10	39.365	(39.365)	—	—	—	—	—
Capital integralizado		—	27.772	—	—	(486)	—	27.286
Prejuízo do exercício		—	—	—	—	—	(629)	(629)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		40.677	(11.593)	—	—	—	(1.854)	27.230
Capital subscrito	10	10.000	(10.000)	—	—	—	—	—
Capital integralizado	10	—	21.593	—	—	—	—	21.593
Lucro do exercício		—	—	—	—	—	2.328	2.328
Destinação do Lucro								
Reserva legal	10	—	—	24	—	—	(24)	—
Dividendos obrigatórios	10	—	—	—	—	—	(113)	(113)
Reserva de lucros a distribuir	10	—	—	—	337	—	(337)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025		50.677	—	24	337	—	—	51.038

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) do exercício		2.328	(629)
Ajustes para:			
Depreciação	7	2	–
Rendimento de aplicações	5	(415)	(251)
Imposto de renda e contribuição social	17	1.693	–
		<u>3.608</u>	<u>(880)</u>
Variações nos ativos e passivos			
Impostos a recuperar		26	–
Despesas antecipadas		–	(70)
Contas a receber de clientes		(2.575)	–
Outros créditos		507	–
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		94	95
Fornecedores		(1.357)	635
Obrigações trabalhistas		19	–
Obrigações fiscais		(646)	51
Outras contas a pagar		522	27
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais		<u>198</u>	<u>(142)</u>
Impostos pagos sobre o lucro	17	(1.018)	–
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		<u>(820)</u>	<u>(142)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	5	(157.561)	(24.341)
Resgates de aplicações financeiras	5	168.521	9.764
Aquisição de imobilizado	7	(152.174)	(11.704)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		<u>(141.214)</u>	<u>(26.281)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Capital integralizado	10	21.593	27.286
Captações de empréstimos e financiamentos	9	36.750	85.750
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	9	(819)	–
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	9	(1.238)	(865)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		<u>56.286</u>	<u>112.171</u>
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>(85.748)</u>	<u>85.748</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	85.752	4
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	4	85.752
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>(85.748)</u>	<u>85.748</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Fótons de São Cláudio Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), foi constituída em 15 de março de 2021, e tem por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração do empreendimento de geração de energia elétrica a partir de fonte solar denominado UFV Fótons de São Claus 02.

O empreendimento possui 50MW de capacidade instalada e está localizado em Itaguaçu da Bahia (BA). Em 20 de agosto de 2025, a Companhia obteve a autorização para operação em fase de comissionamento das primeiras unidades geradoras. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional e apresentava saldo de receita decorrente da fase de teste do parque.

1.1 Eventos operacionais relevantes que ocorreram no exercício

Em 20 de agosto de 2025, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") emitiu despacho autorizando o início da operação em fase de testes. O provimento contempla as 48 unidades geradoras (UGs) do parque solar, correspondentes a potência instalada total de 50 MW, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 gerou receita operacional da operação em fase de testes.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia não possuía premissas e estimativas que representassem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como não efetuava julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere, nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras vinculadas.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar, dividendos a pagar e partes relacionadas - outras contas a pagar.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros.

2.7 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), para as centrais geradoras de energia do parque solar, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da Companhia.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializada, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.11 Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A Companhia reconhece a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no caso das Subsidiárias, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são provenientes da venda de energia gerada. As receitas provenientes da venda de energia gerada são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A receita de venda de energia elétrica (geração centralizada) é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.12 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Administração não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Administração ainda está avaliando o impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

- b. Outras normas contábeis:** não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada:
- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

Os riscos pré-operacionais e operacionais estão relacionados a, respectivamente, atrasos e outros fatores que podem prejudicar o processo de construção do parque solar, e a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações que não estejam previstas na política, são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a Casa dos Ventos S.A. ("CDV"), portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventis ("FIC Consolidador").

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. A Administração da Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de seu fluxo de caixa, de forma a garantir suprimento adequado para a operação.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro do empreendimento. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2025 e 2024, exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira, relativas ao processo de importação de equipamentos, com custo em moeda estrangeira, durante o processo de implantação do empreendimento.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldo 31/12/2025	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos	2.893	Baixa do CDI	2.773	2.661
Efeito no resultado	434		314	202
Aplicações financeiras vinculadas	3.781	Baixa do CDI	3.669	3.563
Efeito no resultado	415		303	197
Empréstimos e financiamentos	(133.006)	Alta do IPCA	(136.069)	(139.132)
Efeito no resultado	(11.292)		(14.355)	(17.418)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	4	85.752
Total	4	85.752

5 Aplicações financeiras vinculadas

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras	761	—
Aplicações financeiras - fundo restrito (a)	2.893	12.367
Aplicações vinculadas – Fundo de liquidez BNB (b)	3.781	2.455
Total	7.435	14.822
Ativo circulante	3.654	12.367
Ativo não circulante	3.781	2.455

- (a) A Companhia possuía aplicações alocadas em fundo de investimentos, sem prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração, disponível para resgate a qualquer momento. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade foi de 14,32% a.a em 31 de dezembro de 2025 (11,25% a.a em 31 de dezembro de 2024).
- (b) As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas no Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") em conta de fundo de liquidez constituído por meio do Contrato de Financiamento com o BNB em 28 de junho de 2024. Tais recursos serão mantidos por todo período do mesmo instrumento, sendo os valores dados em garantia e podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas ao contrato de financiamento. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 13,35% a.a em 31 de dezembro de 2025 (10,12% a.a em 31 de dezembro de 2024).

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	14.822	—
Rendimento de aplicações	415	251
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(974)	(6)
Aplicações financeiras	157.561	24.341
Resgates de aplicações financeiras	(168.521)	(9.764)
Capitalização de rendimentos de aplicações	4.132	—
Saldos finais	7.435	14.822

6 Contas a receber de clientes

Descrição	31/12/2025
Venda de energia - terceiros	2.575
Total	2.575

Em 31 de dezembro de 2025, a administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresentava títulos vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

7 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Veículos	20,00 %	16	(2)	14	—
Imobilizados em andamento	— %	173.056	—	173.056	13.202
Total		173.072	(2)	173.070	13.202

b. Movimentação do imobilizado

Descrição	31/12/2024	Adições	Adição Depreciação	31/12/2025
Veículos	—	16	(2)	14
Imobilizados em andamento	13.202	159.854	—	173.056
Total	13.202	159.870	(2)	173.070

Descrição	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Imobilizado em andamento	593	12.609	13.202
Total	593	12.609	13.202

Durante o exercício de 2025, a Companhia apresentou o montante de R\$7.696 que não tiveram efeito caixa relativas à custo de empréstimos e provisão de medições de obras não faturadas (R\$905 em 31 de dezembro de 2024).

8 Fornecedores

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de obras e serviços	685	1.507
Total	685	1.507

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou o registro de provisão para fornecedores de obras não faturados no montante de R\$535 (R\$872 em 31 de dezembro de 2024).

9 Empréstimos e financiamentos

A Companhia celebrou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") destinado à implantação do empreendimento, providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE") e da Agência Francesa de Desenvolvimento ("AFD"), conforme abaixo:

Data do contrato	Origem do recurso	Início Amortização	Fim Amortização	Indexador	Spread	Valor contratado
28/06/2024	FNE	15/08/2026	15/07/2048	IPCA	4,27%	107.187
28/06/2024	AFD	15/10/2026	15/10/2034	IPCA	11,00%	15.313

Os covenants dos contratos firmado são aqueles usuais (não financeiros) para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao BNB, e a garantia dele se dá por meio de fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do empreendimento, e por conta reserva (fundo de liquidez).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia encontrava-se adimplente com os *covenants* previstos no contrato.

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
BNB	133.006	85.783
(-) Custos de captação	(2.103)	(865)
Empréstimos e financiamentos	130.903	84.918

b. Movimentação da conta

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos em 1º de janeiro	84.918	—
Captações	36.750	85.750
Juros capitalizados	11.292	33
Pagamento de juros	(819)	—
Custo de captação pago no exercício	(1.238)	(865)
Saldos em 31 de dezembro	130.903	84.918
Circulante	2.270	—
Não circulante	128.633	84.918

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor	%	Valor	%
2026	1.382	1%	946	1%
2027	3.346	3%	2.279	3%
2028	3.836	3%	2.612	3%
2029	4.175	3%	2.843	3%
2030	4.326	3%	2.945	3%
2031	4.256	3%	2.897	3%
2032	4.438	3%	3.022	4%
2033	4.805	5%	3.271	4%
2034	5.683	4%	3.868	5%
2035	4.555	3%	2.947	3%
2036	5.373	4%	3.476	4%
2037	5.634	4%	3.645	4%
2038	5.984	5%	3.871	5%
2039	6.264	5%	4.052	5%
2040	6.412	5%	4.148	5%
2041	6.376	5%	4.125	5%
2042	6.640	5%	4.295	5%
2043	7.228	6%	4.676	5%
2044	7.711	6%	4.989	6%
2045	8.132	6%	5.261	6%
2046	8.769	7%	5.673	7%
2047	9.569	7%	6.191	7%
2048	5.802	4%	3.751	4%
Total parcelas – longo prazo	130.696	100%	85.783	100%
(-) Custo de captação – longo prazo	(2.063)		(865)	
Saldo total – longo prazo	128.633		84.918	

10 Patrimônio Líquido

O capital social integralizado é de R\$50.677 em 31 de dezembro de 2025 (R\$29.084 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 50.677.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	31/12/2025			31/12/2024		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Casa dos Ventos S.A.	95,1%	48.194	25.845.270	93,1%	27.091	9.152.325
Ypê	4,9%	2.483	24.831.730	6,9%	1.993	19.931.730
Total	100%	50.677	50.677.000	100%	29.084	29.084.055

Aumento de capital

Em 31 de janeiro de 2024, de acordo com AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 817, parcialmente integralizado em moeda corrente nesta data no montante de R\$ 331 e R\$ 486 com créditos de AFAC de 2023.

Em 26 de junho de 2024, de acordo com AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 204, plenamente integralizado em moeda corrente na mesma data.

Em 31 de outubro de 2024, de acordo AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 38.344, parcialmente integralizado em moeda corrente nesta data no montante de R\$ 26.751, restando o montante R\$ 11.593, que foi integralizado durante o exercício de 2025 pela CDV.

Em 30 de dezembro de 2025, de acordo com AGE, foi subscrito capital no montante de R\$10.000. O valor foi totalmente integralizado nesta data em moeda corrente.

Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$113.

Descrição	31/12/2025
Lucro do exercício	2.328
(-) Prejuízos acumulados	(1.854)
(-) Reserva legal (5%)	(24)
Base de cálculo – dividendos mínimos obrigatórios	450
Dividendos obrigatório	113

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$24.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2025, foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$337, após a absorção de prejuízos acumulados no montante de R\$1.854.

11 Receita líquida de vendas

Descrição	31/12/2025
Venda de energia elétrica	3.765
PIS e Cofins sobre vendas	(44)
Total	3.721

12 Custos operacionais

Descrição	31/12/2025
Gastos operacionais – geração energia	(11)
Seguros	(49)
Outros custos	(10)
Total	(70)

13 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Serviços tomados - pessoa jurídica	(27)	(1)
Despesas com escritórios	(28)	–
Compartilhamento de despesa (nota 15)	(303)	(863)
Outras despesas gerais ou administrativas	(27)	(24)
Total	(385)	(888)

14 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações	415	263
Variação cambial ativa	334	–
Outras receitas financeiras	9	–
Total	758	263
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(3)	(2)
Outras despesas financeiras	–	(2)
Total	(3)	(4)
Resultado financeiro	755	259

15 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Passivo	620	419
Partes relacionadas - outras contas a pagar	513	419
Transações de condomínio (b)	227	168
Compartilhamento de despesas (a)	286	251
Dividendos a pagar	107	–
Dividendos a pagar para partes relacionadas	107	–
Resultado	(303)	(863)
Despesas gerais ou administrativas	(303)	(863)
Compartilhamento de despesas (a)	(303)	(863)

(a) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía um contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos S.A., que possuía a finalidade de prestação de serviços administrativos e manutenção de torres.

(b) A Companhia possuía gastos em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias patrimoniais até a sua liquidação.

A Casa dos Ventos S.A. é a controladora final da Companhia.

Remuneração da Administração

A Companhia não efetua diretamente pagamentos de remuneração aos membros de sua Administração, os quais renunciam à remuneração pelo exercício de seus cargos na Companhia em seus termos de posse. A remuneração, é suportada diretamente pelo acionista que indicou o respectivo administrador. Especificamente quanto aos administradores indicados por Casa dos Ventos S.A., a remuneração é paga diretamente por essa acionista e, posteriormente, apropriada às suas controladas, incluindo a Companhia, por meio de rateio. Tais valores são registrados pela Companhia como serviços tomados, classificados em despesas gerais e administrativas, conforme aplicável. Os montantes incorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontram-se divulgados na nota explicativa correspondente às demonstrações financeiras da Casa dos Ventos S.A.

16 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Mensuração do valor justo	31/12/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		4	4	85.752	85.752
Contas a receber de clientes		2.575	2.575	–	–
Aplicações financeiras vinculadas		7.435	7.435	14.822	14.822
Fornecedores		(685)	(685)	(1.507)	(1.507)
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(130.903)	(133.006)	(84.918)	(85.783)
Dividendos a pagar		(113)	(113)	–	–
Partes relacionadas - outras contas a pagar		(513)	(513)	(419)	(419)
Outras contas a pagar		(571)	(571)	(48)	(48)
Total		(122.771)	(124.874)	13.682	12.817

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia são avaliados ao custo amortizado.

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida – BNB	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável

17 Imposto de renda e contribuição social corrente

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2025
Imposto de renda - corrente	(1.234)
Contribuição social - corrente	(459)
Total	(1.693)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2025
Venda de energia	3.765
Alíquota de presunção (IRPJ)	8%
Lucro presumido	301
Outras receitas não operacionais	4.890
Alíquota vigente	15%
Alíquota vigente IRPJ adicional	10%
Imposto de renda corrente	(1.234)
Alíquota de presunção (CSLL)	12%
Lucro presumido	452
Outras receitas não operacionais	4.890
Alíquota vigente	9%
Contribuição social corrente	(459)
Alíquota efetiva (%)	(42,1%)

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2025
Saldos iniciais	—
Imposto de renda e contribuição social no exercício	1.693
Impostos pagos sobre o lucro	(1.018)
Compensações no exercício	(645)
Saldos finais	30

18 Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, previdenciária, trabalhista e cível. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos.

Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas continuamente. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

19 Eventos subsequentes

Em 15 de janeiro de 2026, a ANEEL emitiu o despacho de entrada em operação comercial plena das unidades geradoras UG1 a UG48 da Companhia, com capacidade total de 50 MW no projeto UFV Fótons de São Claus 02, com início de operação comercial plena em 16 de janeiro de 2026.
